

**AO JUÍZO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS, DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Fulano de tal, nascido em 29/04/1972, brasileiro, casado, auxiliar de serviços gerais, filho de xxxxxx inscrito no CPF nxxxxx portador do RG nº xxxxxxxx SSP/BA, sem endereço eletrônico, residente e domiciliado na Quadra x, conjunto x, Lote x - xxxx - x, CEP xxxxxx, telefone (xx) xxxxx, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxx**, ajuizar

**AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE
ALIMENTOS**

em desfavor de **fulana de tal**, nascida em 20/05/1998, com 24 anos de idade, brasileira, solteira, desempregada, filha de fulnao de tal e de funa de tal, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxx, residente e domiciliada na Quadra xxx, Conjunto x, Lote x - xxxx - x, CEP xxxx, telefone (xxx) xxxx, demais dados desconhecidos, e de

fulna de tal, nascida em 29/04/2002, 20 anos de idade, brasileira, solteira, operadora de caixa, filha de fulnano de tal e de fulana de tal, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxx; residente e domiciliada na xxx Conjunto x Casa x, xxxx - x, CEP desconhecido, telefone: (xx) xxxxxxxx, demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I - DOS FATOS

Em 06 de setembro de 2010, o autor ofertou alimentos em favor de fulnao de tal e fulano de tal, fixando-se o percentual de 10% (dez por cento) dos seus rendimentos brutos, conforme evidencia a sentença da ação de alimentos (documento

anexo - fl. 92) proferida nos autos do processo nº xxxxx, que tramitou perante a x Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de xxxxx.

Deste modo, cabia às filhas xx e xxxxx, ora rés, o percentual de 10% (dez por cento) do salário bruto a título de alimentos, atualmente equivalente a R\$ 510,87 (xxxxxxxos).

Nada obstante a fixação da obrigação alimentícia, as requeridas atingiram a maioridade há alguns anos. A primeira ré, xxxxxxxxx, **reside, atualmente, com o requerente**, não necessitando, portanto, da prestação alimentícia. A segunda ré, xxxxxx, já está **inserida no mercado de trabalho (operadora de caixa da empresa xxxxx) e não está estudando**. As filhas possuem **20 e 24 anos**, respectivamente.

Considerando o cenário exposto e, conseqüentemente, a extinção do poder familiar em razão da maioridade das filhas, o requerente não está mais obrigado a arcar com os valores atinentes à pensão alimentícia, notadamente pela inexistência de dependência financeira de xxxxx em relação ao autor, bem como pelo fato de xxxxxxx residir com este.

Destaca-se, ainda, que o autor constituiu nova família com a senhora xxxxxxxxxxxxx, o que implica gastos adicionais, vez que juntos possuem dois filhos, sendo eles xxxxxx e xxxxx, que dependem economicamente do autor.

Dessa forma, resta demonstrado que não há obrigação legal no que concerne ao pagamento dos alimentos às rés. Conclui-se, portanto, que não mais subsiste o binômio necessidade- possibilidade, não restando outra solução ao autor a não ser buscar a prestação jurisdicional para ver-se exonerado da obrigação alimentícia.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, destaca-se a competência deste juízo para apreciar o presente caso, uma vez que, de acordo com os arts. 46, § 2º, e 53, II, do Código de Processo Civil, a competência para ação de exoneração de alimentos é o domicílio de qualquer um dos réus (no caso, considerou-se o domicílio da primeira requerida, no local x).

A obrigação alimentícia está fundamentada no interesse superior da preservação da vida humana e da necessidade em proporcionar às pessoas certas garantias no tocante aos seus meios de subsistência. Cabe aos pais amparar os filhos, consoante preleciona o art. 229 da Magna Carta, in verbis:

Art. 229. “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, na carência ou enfermidade”.

Em razão do poder familiar, cabe aos pais conjuntamente prover o sustento dos filhos menores, conforme prevê o art. 22 do ECA e o art. 229 da Constituição Federal. 2013-001-05968

Nesse contexto, consoante dispõe o art. 1.694 do Código Civil, destaca-se que os genitores possuem o dever de prestação de alimentos aos seus filhos, de modo a garantir o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente.

De acordo com a doutrina civilista, os alimentos se dividem nas espécies legítimos (decorrem do poder familiar ou de parentesco – art. 1.694 do CC), voluntários (declaração de vontade inter vivos ou causa mortis) ou ressarcitórios (decorrentes de atos ilícitos – arts. 186 e 187 do CC).¹

¹ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil: Direito de Família. Vol. VI. Ed. Saraiva, 2011; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. Vol. 5, 28. Ed. Saraiva, 2013; DIAS, Maria Berenice. Manual

de Direito das Famílias. 9. Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

Todavia, a obrigação de prestar alimentos legítimos cessa com a extinção do poder familiar, situação que ocorre, dentre outros casos, em decorrência da maioridade do alimentando, consoante evidencia o art. 1.635, I, do Código Civil.

Complementarmente, o art. 1.695 do CC estabelece que os alimentos são devidos quando o alimentante não puder, pelo seu trabalho, viabilizar o seu próprio sustento.

A interpretação judicial dos mencionados dispositivos legais indica que, em razão da solidariedade existente entre pais e filhos, o cancelamento da pensão alimentícia decorrente da maioridade não é automático, devendo a pensão ser mantida até a idade razoável para prover a própria subsistência, a qual corresponde a 24 anos, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial do TJDF (Acórdão 1201863, 07009826220188070004, Relator: JOSÉ DIVINO, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 11/9/2019, publicado no DJE: 25/9/2019). Nada obstante, caso seja evidenciado que o alimentante atingiu a maioridade e possui os meios para prover sua própria subsistência, não mais existe a necessidade de prestação alimentícia.

Em paralelo, ressalta-se que, nos termos da súmula nº 621 do Superior Tribunal de Justiça, os efeitos da sentença que exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação.

Assim, no caso em evidência, a verba alimentar passou a ter origem na relação de parentesco, por esta razão, deve restar comprovada a existência excepcional da necessidade alimentar, bem como a impossibilidade de inserir-se no mercado de trabalho. Neste contexto, relata jurisprudência:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE. PERSISTÊNCIA DA NECESSIDADE DOS ALIMENTOS POR PARTE DO

ALIMENTADO. NÃO COMPROVAÇÃO. EXONERAÇÃO DA
PENSÃO ALIMENTÍCIA. POSSIBILIDADE.

1. Fixados os alimentos em favor do filho e, tendo este atingido a maioridade civil, surge para o alimentante a possibilidade de exoneração do encargo alimentar, desde que o alimentado deles não mais necessite, ou o alimentante não mais os possa prover, por alterações em suas possibilidades supervenientes à sentença que fixou os alimentos.

2. Ausentes os elementos que comprovem a necessidade de manutenção dos alimentos prestados pelo genitor, porquanto o **filho atingiu a maioridade**, trancou a matrícula de curso superior, e **reúne condições para se inserir no mercado de trabalho, estando apto a exercer atividade laboral, impõe-se a exoneração da prestação alimentícia**. (TJDFT - AC: 1402747, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 17/02/2022, 4ª Turma Cível).

Neste viés, menciona-se novamente que, a primeira requerida reside, atualmente, com o requerente e possui 24 anos de idade. Por esta razão, não há que se falar na obrigação de prestar alimentos, conforme jurisprudência do TJDFT:

DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE.

1. O advento da maioridade extingue o pátrio poder, contudo, não determina necessariamente o fim da obrigação alimentar, que passa a ser pautada na relação de parentesco, quando demonstrada a existência do binômio necessidade-possibilidade.

2. Não pode o genitor ficar eternamente submetido ao dever de prestar pensão alimentícia em relação ao filho maior de 24 anos se há a possibilidade de o descendente trabalhar e obter o próprio sustento. (TJDFT - AC: 1416386, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO; Data de Julgamento: 20/04/2022, 8ª Turma Cível).

III- DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, conforme dispõe o artigo 98 do CPC;
- b) a citação das rés para que compareçam à audiência de conciliação ou mediação presencial, considerando que o autor, desde já, demonstra o seu interesse na realização da audiência, nos termos do art. 319, VII do CPC;
- c) a procedência do pedido, a fim de exonerar o autor da obrigação alimentícia fixada em favor das rés;
- d) a condenação das rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF – (art. 3º, da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Provar-se-á os fatos por intermédio de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 6.130,44 (seis mil, cento e trinta reais e quarenta e quatro reais).

Nesses termos, pede deferimento.

fulnao de tal

Requerente

Defensor Público do xxxx